

O programa Paraná Mais Orgânico e os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030: experiências de agricultores familiares para a certificação orgânica

The *Paraná Mais Orgânico* program and the sustainable development goals of Agenda 2030: experiences of family farmers for organic certification

El programa *Paraná Mais Orgânico* y los objetivos de desarrollo sostenible de la Agenda 2030: experiencias de agricultores familiares para la certificación orgánica

Rafael Bozzo Ferrareze¹
Romilda Souza Lima²

Recebido em: 23/05/2023; aceito em: 30/04/2024
DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v25i3.4117>

Resumo: Este artigo é fruto de pesquisas, de campo e bibliográfico-documentais, as quais permitiram observar as conexões estabelecidas entre o programa Paraná Mais Orgânico (PMO) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para melhor compreender as informações adquiridas, a base teórica escolhida foi a Teoria da Ação Dialógica de Paulo Freire, e o método utilizado foi a pesquisa qualitativa de cunho exploratório, sendo as entrevistas de campo gravadas. Para analisar o material coletado em campo, foi utilizada a técnica de análise das narrativas. A pesquisa contou com a participação dos agricultores familiares atendidos pelo PMO/CPRA, no período de 2021 a 2022. Ademais, quanto às conexões estabelecidas entre PMO e ODS, notou-se semelhanças no que concerne às atividades em campo e à disseminação dos princípios estabelecidos pelo PMO (também transcritos nos ODS), através de diálogos entre técnicos do PMO/CPRA e agricultores. A comunicação entre esses atores pode ser considerada um fator de extrema importância nos processos de troca de experiências e de apreensão de novos conhecimentos. Quanto à certificação orgânica neste processo de conexão entre PMO e ODS, percebe-se ser esta a consequência das corretas adaptações solicitadas pelo PMO aos agricultores familiares, propiciando, como consequência, a obtenção do selo, o que é um fator muito positivo para os agricultores envolvidos.

Palavras-chave: PMO; ODS; Teoria da Ação Dialógica; certificação orgânica.

Abstract: This article is the result of field and bibliographic-documentary research, which allowed observing the connections established between the *Paraná Mais Orgânico program* (PMO) and the Sustainable Development Goals (SDGs). To better understand the information acquired, the chosen theoretical basis was Paulo Freire's Theory of Dialogic Action, and the used method was qualitative exploratory research, with field interviews being recorded. To analyze the material collected in the field, the narrative analysis technique was used. The research had the participation of family farmers served by the PMO/CPRA, between 2021 and 2022. Furthermore, regarding the connections established between the PMO and the SDGs, similarities were observed with regard to field activities and the dissemination of the principles established by the PMO (also transcribed in the SDGs), through dialogues between PMO/CPRA technicians and farmers. Communication between these actors can be considered an extremely important factor in the processes of exchanging experiences and apprehending new knowledge. As for organic certification in this process of connection between the PMO and the SDGs, it can be seen that this is the consequence of the correct adaptations requested by the PMO from family farmers, providing, as a consequence, the obtention of the seal, which is a very positive factor for the farmers involved.

Keywords: PMO; ODS; Theory of Dialogical Action; organic certification.

Resumen: Este artículo es el resultado de una investigación de campo y bibliográfico-documental, que permitió observar las conexiones establecidas entre el Programa *Paraná Mais Orgânico* (PMO) y los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Para comprender mejor las informaciones adquiridas, la base teórica escogida fue la Teoría de la Acción Dialógica de Paulo Freire, y el método utilizado fue la investigación cualitativa

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM), Ivaiporã, Paraná, Brasil.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

exploratoria, con registro de entrevistas de campo. Para analizar el material recolectado en campo se utilizó la técnica de análisis narrativo. La investigación contó con la participación de agricultores familiares atendidos por la PMO/CPRA, en el período comprendido entre 2021 y 2022. Además, en cuanto a las conexiones establecidas entre la PMO y los ODS, se notaron similitudes en cuanto a las actividades de campo y la difusión de los principios establecidos por la PMO (también transcritos en los ODS), a través de diálogos entre técnicos de la PMO/CPRA y agricultores. La comunicación entre estos actores puede considerarse un factor de suma importancia en los procesos de intercambio de experiencias y de aprehensión de nuevos conocimientos. En cuanto a la certificación orgánica en este proceso de conexión entre la PMO y los ODS, se puede apreciar que es consecuencia de las correctas adecuaciones solicitadas por la PMO a los agricultores familiares, proporcionando, como consecuencia, la obtención del sello, que es un factor muy positivo para los agricultores implicados.

Palabras clave: PMO, ODS; Teoría de la Acción Dialógica; certificación orgánica.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa realizada entre os anos de 2021 e 2022, sobre as correlações entre o Programa Paraná Mais Orgânico (PMO) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no que tange ao processo de certificação orgânica e como são compreendidas pelos agricultores familiares.

As questões inerentes à certificação de alimentos orgânicos, ao cultivo, à educação socioambiental e a outros fatores presentes nos ODS foram dimensões importantes que impulsionaram a elaboração da pesquisa no intuito em compreender, a partir das narrativas dos agricultores participantes do PMO (atendidos pelo CPRA), as conexões estabelecidas entre o PMO e os ODS no processo de certificação orgânica.

Os ODS estão perpassados por 169 metas que vão ao encontro não só dos princípios do desenvolvimento sustentável, mas também da promoção da educação e informação, visto que é por meio delas que os Objetivos são disseminados.

Sendo assim, pensar as conexões estabelecidas entre o PMO e os ODS, tendo como um de seus resultados a certificação orgânica, possibilita compreender a importância que o certificado traz para os agricultores e seus produtos; possibilita, também, identificar como os novos conhecimentos oriundos destas conexões oferecem novos saberes em seus cotidianos.

Com a compreensão de que as narrativas podem informar e modificar a realidade das pessoas através do conhecimento popular aliado ao científico (Rios *et al.*, 2007), buscou-se coletar os relatos dos agricultores familiares quanto ao PMO, aos ODS e à certificação de seus produtos orgânicos. Há, também, o intuito de chamar a atenção para a importância do Programa Paraná Mais Orgânico³ enquanto uma Política Pública Estadual gratuita, sendo esta pouco realizada em outros estados brasileiros (Iapar-Emater, 2021).

Segundo informações do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (Iapar-Emater):

O Estado do Paraná lidera o ranking tendo 3.737 produtores com o selo orgânico, à frente do Rio Grande do Sul que possui 3.650 produtores com a certificação; [...] e de São Paulo, com 1.904 agricultores orgânicos (Iapar-Emater, 2021, p. 2).

Neste direcionamento, o PMO, que contribuiu para a pontuação acima, teve início no ano de 2009, com o nome “Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO)”. No entanto, em 2018, ele passou a chamar “Paraná Mais Orgânico (PMO)” (Koefender, 2020), tendo

³ Paraná Mais Orgânico (PMO). Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/Pagina/Parana-Mais-Organico>. Acesso em: 10 abr. 2023.

como objetivos: (1) a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural que estimulem a adoção de inovações tecnológicas baseadas na agricultura orgânica; (2) o apoio à organização dos agricultores familiares nos processos de comercialização da produção orgânica e; (3) a contribuição e o incentivo para o fomento da produção orgânica no Estado (IDR-Paraná, 2019).

Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Paraná:

[...] ocupa o segundo lugar no ranking dos Estados com o maior número de propriedades rurais certificadas em agricultura orgânica no país, respondendo por 16,7% dos produtos certificados, um total de 3.624 propriedades (IDR-Paraná, 2021, p. 1).

O PMO estabelece parcerias para desenvolver suas ações com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI), o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e, ainda, o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA).

O Programa é apoiado pela Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e custeado por meio dos recursos do Fundo Paraná desde 2009. Já o selo de certificação do produto orgânico é fornecido gratuitamente pelo Instituto TECPAR (IDR-Paraná, 2019).

O conteúdo aqui tratado assemelha-se em determinados pontos ao da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), onde nesta foram pactuados pelos países membros de sua cúpula 17 ODS, perpassados por 169 metas de ação sendo estas – transversais, indivisíveis e indissociáveis.

Os 17 ODS, estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU, são: 1) erradicação da pobreza; 2) fome zero; 3) boa saúde e bem-estar; 4) educação de qualidade; 5) igualdade de gênero; 6) água limpa e saneamento; 7) energia acessível e limpa; 8) emprego digno e crescimento econômico; 9) indústria, inovação e infraestrutura; 10) redução das desigualdades; 11) cidades e comunidades sustentáveis; 12) consumo e produção responsáveis; 13) combate às alterações climáticas; 14) vida debaixo d'água; 15) vida sobre a terra; 16) paz, justiça e instituições fortes e; 17) parcerias em prol das metas. As metas estipuladas para os 17 ODS são 169, e devem ser atendidas parcialmente até o ano de 2030.

2 PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA E TEORIA DA AÇÃO DIALÓGICA: UMA CONEXÃO NECESSÁRIA

Pensar o encontro entre práticas sustentáveis na agricultura e a Teoria da Ação Dialógica auxilia na compreensão de que a construção dos fatos, aliados ao seu entendimento, pode facilitar aos indivíduos a ampliação de conhecimentos, fazendo com que estes adotem tais práticas em seu cotidiano.

Defende-se, nessa concepção, de que as práticas sustentáveis na agricultura comungam de um mesmo pensamento, que é também inerente ao pensamento agroecológico: o da compreensão do diálogo para o conhecimento que é materializado na libertação humana.

Para a efetivação desta libertação, diferentes autoras e autores tecem-na com seus pontos de vista ou suas perspectivas de análise, que podem englobar aspectos econômico, social, político, ambiental, de gênero, e outros. Somada a esta libertação, tem-se o pensamento crítico, o qual remete ao compromisso com o desvelar da realidade social através do conhecimento e dos fatos ocorridos na sociedade capitalista e financeira a qual um grupo se insere (Lima, 2019; Freire, 2021).

A Teoria da Ação Dialógica, segundo Freire (2021), é a teoria do conhecimento que tem, em sua estrutura, o diálogo como fator de transformação da realidade. No entanto, este diálogo não é construído de forma em que o professor, técnico ou facilitador seja apenas quem transmite seus conhecimentos aos participantes. Este diálogo se baseia na trajetória de vida de cada pessoa, tornando, assim, relevantes as suas vivências e experiências para a discussão e para o conhecimento e crescimento dos demais.

Logo, para que as pessoas possam absorver as pautas e problemáticas inerentes às práticas sustentáveis, há de se utilizar da melhor maneira a Teoria da Ação Dialógica em seu processo de intercâmbio, de construção e repasse das informações, pois, para que a informação faça sentido, ela precisa estar sintonizada ao dia a dia, ao conhecimento prévio e ao pensamento racional. “[...] só acontecerá a partir do momento em que o povo deixar de romantizar uma vida ideal e passe a enxergar a vida real, em suas múltiplas complexidades” (Deslandes, 2006, p. 232).

Nesta interação, o pensamento sustentável e a teoria da ação dialógica se metamorfoseiam em informação, a qual é adquirida no processo dialógico, em que cada interlocutor compreende os conteúdos ligando-os a sua realidade, pois estes lhe são passados de forma a incluí-lo neste processo histórico de educar (Freire, 2021).

Caporal, Costabeber e Paulus (2006) identificam esse processo como transformação social, sendo que o ponto de partida é saber o quanto as pessoas envolvidas na situação sabem sobre ela e têm como contribuir, pois a transformação que se deseja não surgirá como mágica, mas através do diálogo, da reflexão e da ação conjunta dos envolvidos.

Neste processo, compreendeu-se também que os ODS, enquanto metas estipuladas até 2030, devem fazer parte da educação da população brasileira, entendendo que estes são objetivos transversais, e que através da educação, da informação, o diálogo, da cooperação têm chances de se efetivarem.

As práticas sustentáveis também se traduzem em um processo educativo em que a luta pelo conhecimento possibilita ao ser humano a compreensão da dinâmica capital – ecossistema, capital – luta de classes, capital – trabalho, no intuito de fazer com que a população se conscientize quanto à relação vida humana, terra, natureza e saúde.

A luta por uma dinâmica mais sustentável centra-se também no campo financeiro em que se pode ver não só o incentivo educacional proporcionado aos agricultores, mas também o apoio técnico e científico que estados brasileiros, através de políticas públicas e/ou projetos pontuais, vêm investindo neste público, para que possam tornar-se produtores certificados, qualificando e agregando mais valor aos seus produtos (Wanderley, 2021).

O incentivo ao avanço tecnológico e científico do campo é uma das pautas latentes apresentada nos ODS. Tendo em vista o investimento neste quesito, o estado do Paraná já certificou mais de 700 produtos orgânicos, colocando-se no *ranking* dos estados brasileiros que mais disponibilizam certificações de produtos orgânicos⁴.

A certificação orgânica na discussão construída até aqui pode, então, ser entendida como: 1) o resultado do investimento que o estado, as instituições parceiras e a equipe técnica depositaram nos agricultores familiares; 2) o resultado da adequada transição da propriedade para o cultivo orgânico e; 3) o investimento que os agricultores familiares fizeram em suas terras e suas próprias vidas.

⁴ Tecpar chega a 700 certificações concedidas pelo Paraná Mais Orgânico. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Tecpar-chega-700-certificacoes-concedidas-pelo-Parana-Mais-Organico>. Acesso em: 11 jan. 2023

Assim, entende-se a certificação orgânica como um processo importante no percurso realizado pelos agricultores familiares em busca desse certificado, tendo em vista que eles passaram também por outro processo, o subjetivo, aquele que Freire (2021) denomina como o novo conhecimento. Ao final desta etapa, os agricultores não só puderam certificar seus produtos, mas informações e conhecimentos foram trocados durante o processo; situações foram pensadas e repensadas, novos olhares foram captados, fazendo com que os agricultores que iniciaram a certificação já não fossem os mesmos ao final.

Esse processo, que engloba a objetividade através de documentos, projetos e elaborações, soma-se à subjetividade em diferentes níveis de conhecimento, cultura e educação, os quais se traduzem-se nas realidades de cada indivíduo, não podendo, portanto, ser um processo engessado. Devem ser respeitadas suas múltiplas realidades, que englobam, ainda, as questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, religião, renda e outras (Freire, 1983).

A teoria da ação dialógica, assim como os princípios das práticas sustentáveis, apresenta pontos de reflexão similares no sentido de um processo educativo e formativo perpassados pela comunicação, informação e educação. Barbosa reforça que:

[...] sem este pensamento educativo, colaborativo e participativo não se consegue evoluir enquanto espécie. Neste processo múltiplas informações vão se processando e novos saberes construídos fazendo com que a tomada das informações adquiridas anteriormente ganhe novos olhares e significados (Barbosa, 2012, p. 33).

Tanto a produção orgânica quanto a certificação de produtos cultivados neste sistema são avanços proporcionados através do conhecimento de experiências anteriores, em que foram constatados os malefícios causados pelo excesso de produtos químicos ao solo, aos recursos hídricos e aos seres humanos.

3 DELIMITAÇÃO DAS AÇÕES: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA E O LÓCUS DA PESQUISA

O percurso metodológico escolhido para realização da pesquisa é de extrema importância, pois a metodologia é, nos dizeres de Minayo (2010), o coração ou o motor que conduz toda a pesquisa. Nesse caso, o método escolhido para a condução da pesquisa foi o qualitativo.

Richardson (2012, p. 79 e 80), conceitualmente, define pesquisa qualitativa como:

[...] uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos, procurando os aspectos subjetivos [...] e as motivações não explícitas dos comportamentos. Seu enfoque é o da profundidade, ressaltando as particularidades e a complexidade dos fenômenos, comportamentos e situações. [...] esta modalidade de pesquisa 'não busca a generalização, mas sim o entendimento das singularidades'.

Assim, cada fase da pesquisa precisa ser pensada e muitas vezes repensada ao longo de seu desenvolver, pois, conforme salienta Minayo (2010), a pesquisa não é um processo fechado em si mesmo, mas aberto a todos os possíveis percalços, as mudanças, adaptações e readaptações que puderem acontecer no seu decorrer.

Especificamente para a realização desta pesquisa, a proposta se caracteriza enquanto uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, em que, por meio das narrativas dos agricultores familiares participantes do PMO, pretendeu-se saber quais seriam as conexões construídas entre o Programa e os ODS, através da certificação orgânica de seus produtos, bem como verificar os avanços na certificação orgânica no estado do Paraná com o PMO.

Na pesquisa de campo, foram utilizadas ferramentas operacionais, como gravador, celular, adaptador de som, baterias, canetas, papel, câmera fotográfica, entre outros, bem como as ferramentas técnico/científicas, como questionários, entrevistas, termos de aceite. Após a pesquisa de campo e a organização do material coletado, procedeu-se à análise das narrativas dos entrevistados.

O local escolhido para a realização da pesquisa foi o CPRA⁵, (autarquia vinculada à SEAB em 28 de dezembro de 2005), por contemplar as ações inerentes ao PMO e aos ODS (cunho socioeducacional), atendendo a comunidade local e da região.

Para a seleção dos agricultores, verificou-se a disponibilidade de tempo e locomoção até o local onde a entrevista ocorreria, no CPRA. Utilizou-se, ainda, para a escolha dos participantes, outros critérios como: meio de transporte/locomoção, data disponível para o encontro, dia da conversa marcada e horário para a realização. Após este prévio rastreamento, verificou-se que dois (2) agricultores poderiam participar. Os agricultores, ao aceitarem participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em que constava os processos pelos quais eles seriam submetidos e as formas de realização da pesquisa.

O CPRA localiza-se na Estrada da Graciosa, n. 6.960, bairro Jardim das Nascentes, no município de Pinhais, Paraná, o qual, segundo Notario (2019, p. 7), desde seu surgimento:

[...] tem priorizado a pesquisa, os saberes ancestrais e a defesa da agroecologia na busca de respostas às demandas de técnicas que possam auxiliar, facilitar e fortalecer a produção de base ecológica na região metropolitana de Curitiba.

O CPRA segue os três mecanismos de garantia da qualidade orgânica dos produtos, sendo estes: a) certificação por auditoria; b) sistema participativo de garantia e; c) controle social para a venda direta (Wilhelm *et al.*, 2018).

A certificação por auditoria é a modalidade técnica do CPRA para certificar os agricultores familiares que desejem participar do programa, de forma auditada, através da inspeção e verificação de um auditor técnico capacitado para emitir nota técnica.

Quanto à certificação orgânica, Notario (2019, p. 12) menciona que “a legislação brasileira, em vigor desde 2011, mostra que o produto orgânico pode ser reconhecido por meio do selo brasileiro ou pela declaração de cadastro do produtor orgânico”.

4 OS AGRICULTORES FAMILIARES E SUAS NARRATIVAS QUANTO ÀS CONEXÕES ENTRE O PMO, OS ODS E A CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NO ESTADO DO PARANÁ

Neste tópico, serão apresentadas as narrativas de (2) dois agricultores familiares que tiveram seus nomes substituídos pelas siglas (Ag. F1) e (Ag. F2).

O primeiro agricultor (Ag. F1) é casado e mora com sua família, rente à estrada da Taquarinha, no município de Campo Largo, PR. A área total de sua unidade de produção é de 18,15 (ha), e a área de produção orgânica é de 3,6 (ha).

Os produtos orgânicos cultivados pelo Ag. F1 são, como descritos por ele:

Milho, feijão, mandioca, batata-bacon, abóbora seca, arroz, batata-doce, batata-inglesa, beterraba, alho, cebola, ervilha, cebolinha, salsinha, abobrinha, vagem, repolho, limão rosa,

⁵ Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA). Disponível para consulta em: <https://educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/centro-de-referencia-em-agroecologia-cpra/12373>. Acesso em: 10 abr. 2023.

cenoura, berinjela, alface, alho-poró, espinafre, inhame, tomate, tangerina poncã, escarola, banana, couve, brócolis, couve-flor, laranja (Ag. F1).

O agricultor conta que conheceu o PMO por intermédio de outros agricultores, seus vizinhos, e que se interessou em cultivar de forma orgânica devido aos malefícios que os venenos utilizados nas lavouras convencionais causam à saúde humana e ao meio ambiente.

Ele ainda disse que mantém contato com o PMO há mais de dois (2) anos; que foi através desta experiência – bem como da filosofia apreendida pelo conhecimento adquirido através da produção agroecológica e sustentável – que ele entendeu não só o processo de transição agroecológica, como também a sua dialética. O agricultor destacou a importância da luta pela terra, da não poluição em suas múltiplas formas, do trabalho para o acesso a bens e ao consumo, do bem-estar que englobe a alimentação saudável, entre outros.

Quando indagado sobre seu conhecimento acerca dos 17 ODS, suas ações e metas, bem como as conexões entre eles e o PMO, Ag. F1 disse:

Eu conheço esses Objetivos, inclusive minhas filhas estão realizando atividades na escola sobre esses 17 objetivos. Tive conhecimento sobre eles através de conversas com os agricultores, equipe técnica do projeto que nos atende e através dos materiais didáticos que eles nos dão. Nossa! É muito importante que o povo preste a atenção nesses objetivos, pois eles propõem melhorias não só para o povo brasileiro, mas para todo o mundo, pois o clima, a água e o solo é [sic] um só, e afetando um lado, acaba afetando a terra toda (Ag. F1).

Sobre a ligação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Paraná Mais Orgânico, eu posso dizer que ambos cooperam para um mesmo bem comum, que é o de sensibilizar a população quanto o [sic] estado do planeta. Assim, tanto o Programa PMO quanto os ODS são ações do governo necessárias à sociedade (Ag. F1).

No tocante à pergunta sobre as conexões entre o PMO, os ODS e a certificação orgânica, na pergunta número um (1), quando abordado sobre sua visão quanto à forma como o Estado do Paraná tem lidado com a certificação orgânica, o Ag. F1 diz:

O Paraná está de parabéns quanto ao investimento na certificação orgânica gratuita. Tenho conhecidos no [sic] Mato Grosso do Sul que querem transformar suas roças em produções orgânicas, porém não encontram apoio nem informação para esse processo, fora que sem a ajuda do governo fica muito caro para o pequeno agricultor transformar sua produção em totalmente orgânica, e o Paraná fornece essa certificação para gente e ainda nos acompanha nesse processo (Ag. F1).

Sobre o público que tem buscado por instruções quanto ao cultivo orgânico, além dos agricultores familiares, o Ag. F1 afirma que:

Hoje muitas pessoas têm procurado por formas saudáveis para se viver, alimentar e manter a mente consciente e limpa. O pensamento saudável, junto com a internet, proporcionou as pessoas conhecimento e acesso à informação. Se você tem dúvida, é só procurar na internet que você encontra a resposta prévia. Com isso, fez com que muita gente se interessasse pela agroecologia, culinária vegana, produtos naturais, entre outros. Assim hoje muita gente tem se interessado pelo cultivo e alimentação orgânica, desde os próprios agricultores a pessoas que se aposentam e querem ir morar no campo ou, ainda, quem muda a filosofia de sua vida em busca de uma jornada mais natural (Ag. F1).

E quando indagado sobre como os agricultores familiares atendidos pelo PMO compreendem os ODS no processo de certificação, o Sr. Ag. F1 responde:

Assim como a proposta do PMO, que também é de transmitir conhecimento e informação para nós agricultores, a certificação é a parte final deste processo de transferência de conhecimento, entendendo que, se a propriedade for aprovada e estive, após a transição, apta para o plantio, ela passará então a entrar em um novo sistema, o sistema da produção de produtos orgânicos, trazendo não só uma nova perspectiva de vida, como mais uma forma de renda (Ag. F1).

Ainda sobre a certificação orgânica, Ag. F1 afirma que:

O PMO tem realizado um papel importante junto aos [sic] agricultores familiares, pois o processo de transição em produção orgânica não é algo simples ou que se dá de um dia para o outro. Ele demanda tempo, compromisso, seriedade e, acima de tudo, confiança, em um processo novo que possibilitará inúmeras oportunidades a todos nós, pois a certificação é também a especialização de algo. Em nosso caso, é o documento que certifica o diferencial de nosso produto; ele é específico, certificado (Ag. F1).

Ag. F2 e sua esposa moram a Estrada Principal do Tigre, localizada no município de Cerro Azul (PR), e a área total de sua unidade de sua produção é de 1,52 (ha), com uma área de produção orgânica de 0,2 (ha).

O Ag. F2 conta que os produtos orgânicos cultivados em sua propriedade são:

Abóbora, abobrinha, alecrim, alface, alho, batata, berinjela, beterraba, brócolis, cebola, cebolinha, cenoura, chuchu, couve-flor, couve-folha, erva-cidreira, ervilha, espinafre, mandioca, manjerona, milho-verde, pepino, pimentão, repolho, salsa, tomate e vagem (Ag. F2).

Ele conheceu o PMO através de uma reunião que participou, em que estava presente um técnico representante do Programa, informando sobre como fazer parte. O Ag. F2 conta também que está no projeto há quase dois (2) anos e ainda pretende expandir mais sua área de produção orgânica.

Quando indagado sobre o conhecimento que tem acerca dos ODS, das ações, metas e conexões entre eles e o PMO, o Ag. F2 afirma:

Eu tive o primeiro contato com os ODS aqui com o PMO. Sabia de algumas coisas, mais [sic] não que era articulado desse jeito. Com o passar do tempo, a gente vai entendendo essas combinações, que uma coisa está ligada a outra e tudo depende de tudo. Os ODS me permitiram enxergar essa combinação através do plantio orgânico. Quando falamos, agora, nesse processo, entendemos que o PMO e os ODS têm a capacidade de transmitir informação e conhecimento, pois ambos explicam o avanço para o meio ambiente e a sociedade (Ag. F2).

Quanto à importância e ao avanço da certificação orgânica no Estado do Paraná, o Ag. F2 menciona:

Nosso Estado é um excelente incentivador e investidor na produção e certificação orgânica. A gente já sabe de vários produtores que foram atendidos pelo PMO e outras instâncias certificadoras, e estamos vendo esse nicho de mercado crescer cada vez mais. As pessoas não querem mais comida com muita carga de veneno. Hoje as pessoas têm buscado por alimentos o mais naturais possível, sem produtos químicos, e isso é muito bom. O certificado de produto orgânico agrega muito mais valor, qualidade e confiança ao nosso produto, pois, com ele, sabe-se que a mercadoria passou por um processo de produção dentro de parâmetro estabelecido para tal categoria (Ag. F2).

Quando abordado a respeito de como compreendem as discussões sobre os ODS em meio à certificação orgânica, o Ag. F2 afirma:

A certificação dos produtos orgânicos assim como todas as ações e visitas técnicas realizadas pela equipe do PMO me permitiu articular essa discussão no momento em que compreendi que não tem como lucrar destruindo o meio ambiente ou colocando a vida em risco. A certificação é um processo de compromisso com a natureza entendendo que através dele tiraremos nosso sustento sem agredi-la, mas preservando-a e isso é algo visto tanto no PMO quanto nos ODS (Ag. F2).

Diante dos relatos acima, é possível compreender as narrativas dos agricultores familiares quantos às conexões inerentes entre o PMO, os ODS e a certificação recebida por seus produtos cultivados no método orgânico.

No tópico seguinte, serão apresentados os pontos concordantes entre PMO e ODS presentes nas narrativas dos agricultores e, ainda, o quanto a certificação impactou a vida destes produtores.

Ademais, cabe mencionar que os pontos destacados nas narrativas dos agricultores familiares centram-se no poder que a troca de informação e a comunicação lhes proporcionaram. Neste sentido, o PMO, enquanto política pública estadual, garante acesso e permanência para os agricultores, o que se dá também por intermédio da assistência técnica e extensão rural para a garantia e ampliação do conhecimento e de trocas entre os atores envolvidos.

5 CONSTRUINDO ENTENDIMENTOS: OS RESULTADOS DAS CONEXÕES ENTRE PMO, ODS E A CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA ATRAVÉS DAS NARRATIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

No tópico anterior, alguns pontos se destacaram na fala dos interlocutores participantes da pesquisa referentes à informação e à comunicação proporcionada aos agricultores, por intermédio das conexões estabelecidas com o PMO, para o culminar da certificação orgânica recebida por cada um deles, referente a seus produtos cultivados.

Quando observada a resposta dos agricultores, nota-se que eles puderam adquirir informação não só sobre o processo de transição de um espaço em área agroecológica, mas também das conexões, dos sentidos e significados que essa nova proposta de cultivo lhes trouxe, sendo o conhecimento sobre os ODS fator preponderante de apreensão.

Na resposta dos agricultores, identifica-se a compreensão sobre os ODS, porém não associada às suas vivências, ao cultivo e à produção orgânica. No entanto, foi através do trabalho educativo de assistência técnica e extensão rural proporcionada pela equipe do PMO que eles começaram a associar o que já conheciam na prática diária com o que lhes foi trazido pelos técnicos sobre as correlações possíveis com os ODS.

Isso está ligado ao que aponta Baudrillard (2005) quando menciona que o poder da informação transmitida de forma clara, compreensível e sem ruídos proporciona ao ouvinte uma possibilidade de articular, com o que já se sabe, um novo traduzir da realidade. O autor, assim como Freire (1986), afirma que o simples depósito de conteúdo ou de informações a uma pessoa, ou a um grupo de pessoas, não lhes garantem conhecimento, muito menos conscientização, ponto que também aparece nas narrativas dos agricultores participantes.

No processo dialógico de troca de conhecimento, a informação deve ser transmitida de forma a permitir com que a pessoa pense, contextualize, reflita e até questione sobre sua realidade, aliada à nova informação. Esse processo, quando ocorre de forma coletiva, proporciona aos grupos diferentes entendimentos de um mesmo assunto, compreendendo-se, assim, que, por se tratar de um processo coletivo, ele é também subjetivo, pois é captado por cada um de

diferentes formas. Além disso, no coletivo dos agricultores, ocorre o diálogo entre eles, trocas sobre dúvidas, angústias e preocupações. Nesse processo, há a formação do conhecimento; resistências são mantidas ou quebradas e, por fim, decisões são tomadas.

Devesa (2016, p. 34) reitera que “a comunicação é nos dias de hoje assumida como fator que facilita dinâmicas de trabalho e, por conseguinte, o desempenho da equipe”. Chiavenatto (2011, p. 322) ainda afirma que:

[...] ao existir uma boa comunicação [...], facilmente é construído um espírito de interajuda, que facilita a realização dos trabalhos e o ultrapassar das dificuldades e obstáculos. Estas relações estão na base da constituição de grupos, com um conjunto de capacidades e competências diversificadas, que dificilmente se encontram num só indivíduo.

É o que Freire (1986) pondera ao dizer que, no processo dialógico, a comunicação estabelecida de forma clara, sem ruídos, gera um sentimento de confiança e pertencimento ao meio. Quando um grupo se comunica e algumas pessoas em seu meio não conseguem assimilar ou entender a comunicação, elas não se sentem incluídas ou pertencentes a ele, sendo que a comunicação é uma das principais formas de identificação com um grupo.

Esse processo de troca de informações integra-se a uma educação que se propõe de fato a transformar a realidade, não apenas em preencher tabelas, lacunas ou prestar dados.

Percebeu-se no andamento da pesquisa que o papel educativo assumido pela equipe do PMO sediada no CPRA procura pautar-se em seus princípios de atuação e no compromisso com o desenvolvimento das pessoas e do desenvolvimento rural sustentável. A equipe, por intermédio do preparo didático-pedagógico e metodológico em suas ações, tem como missão sanar lacunas, dúvidas e proporcionar saberes, assistência técnica e cursos para os agricultores familiares envolvidos, no intuito de capacitá-los e correlacionar seus conhecimentos empíricos de agricultores familiares com a base técnica, de forma a torná-los protagonistas da transformação de sua própria realidade.

A pesquisa também permitiu inferir que os agricultores familiares associam os novos conhecimentos adquiridos, sobretudo, ao trabalho de cunho socioeducativo – com intuito de proporcionar a certificação orgânica, conduzida pela equipe técnica do PMO.

Dessa forma, é importante ressaltarmos que, haja vista o PMO ser um Programa desenvolvido pelo Estado do Paraná, isso significa também que se trata de uma Política Pública Estadual de cunho socioeducativo, a qual busca, entre outros aspectos, contribuir de forma efetiva para uma agricultura sustentável.

Sobre os desafios a serem superados no processo de certificação orgânica no Estado do Paraná, Wilhelm et al. (2018) apresenta alguns pontos para uma maior adesão por parte dos agricultores quanto ao cultivo orgânico:

(1) a falta de orientação técnica aos agricultores para a certificação; (2) o custo alto da certificação; (3) a garantia de rendas satisfatórias para a agricultura familiar em canais de comercialização tais como o PAA e o PNAE, desestimulando a produção orgânica pelo encargo do cumprimento das exigências, apesar dos preços maiores que poderia obter entre outras (Wilhelm, 2018, p. 9).

Nessa perspectiva, o PMO afirma-se como um Programa importante, pois dispõe de técnicos, além da certificação (fornecida pelo TECPAR parceiro do PMO), que é gratuita. O Programa fornece também não só assistência técnica, mas assessoria socioeducacional, por intermédio de cursos de capacitação, palestras, visitas e atividades de campo.

Os agricultores deixaram transparecer, em seus depoimentos, que conseguem entender não apenas do processo de cultivo orgânico, mas o domínio das novas técnicas que lhes foram transmitidas e que foram discutidas com eles. O conhecimento, aliado à educação, proporcionou a estes agricultores familiares uma complementação do seu saber técnico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar as conexões estabelecidas entre o PMO e os ODS, a partir das narrativas dos agricultores familiares participantes do Programa, no intuito de conhecer suas percepções acerca das correlações entre PMO, ODS e a certificação orgânica, sendo esta uma das missões realizadas pelo PMO.

Este processo foi perpassado pelas discussões inerentes às práticas sustentáveis na agricultura, incluindo alguns preceitos agroecológicos e a teoria da ação dialógica, de forma a compreender como os agricultores familiares atendidos pelo PMO percebiam as conexões entre PMO, ODS e certificação orgânica.

Por meio da fala dos agricultores, foi possível entender que a informação recebida por intermédio dos técnicos do PMO, somadas ao contato com outros agricultores, ao processo de transição agroecológica e à certificação orgânica, proporcionou conhecimentos que eles antes não dominavam completamente.

Os agricultores detinham apenas o conhecimento que sabiam necessários para o cultivo de suas lavouras de forma convencional. Após a aproximação do Programa, puderam compreender as discussões quanto ao meio ambiente, à cidadania, aos direitos humanos, políticos, entre outros temas importantes.

O trabalho pedagógico do PMO proporcionou aos agricultores a oportunidade não apenas de certificarem seus produtos, mas também de alargarem suas visões e seu campo de conhecimento.

Foi possível observar também, através da fala dos agricultores, que o público que hoje busca por informações quanto à produção orgânica e agroecológica dispõe de perfil diversificado. Através da informação, pessoas de diferentes idades têm acessado conteúdos inerentes à vida, à saúde e ao bem-estar, no intuito de se conectarem cada vez mais com a natureza, entendendo a responsabilidade que cada um tem diante dela, preservando-a e se incluindo neste todo universal.

Hoje, escolas, empresas, organizações entre outros procuram o CPRA para se capacitarem, realizarem cursos para públicos determinados, serem parceiros em campanhas socioeducativas e para outras atividades, no intuito de aprenderem cada vez mais sobre natureza, ecologia, alimentação orgânica e agroecologia.

Quanto ao selo de certificação orgânica no Estado do Paraná, pôde ser observado que o PMO tem fomentado cada vez mais a importância de pensar, cultivar e consumir produtos orgânicos e agroecológicos, na busca de mais parcerias e mais agricultores familiares que queiram participar dessa experiência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. S. F. V. A. *A relação e a comunicação interpessoais entre o supervisor pedagógico e o aluno estagiário: um estudo de caso*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação: especialidade em Supervisão Pedagógica) – Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, Portugal, jul. 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2472/1/AnaMariaBarbosa.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Sabotagem, 2005. (Originalmente publicado em 1978). Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/212462/versions/1/a-sombra-das-maiorias-silenciosas.pdf> Acesso em: 22 out. 2022.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília-DF: Gervásio Paulus, 2006.

CHIAVENATTO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. Cidade: Editora Elsevier, Brasil, 2011.

DESLANDES, S. F. *Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. 414 p. (Criança, mulheres e saúde collection). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42086/deslandes-9788575413296.pdf;jsessionid=05B5BC6405F138B7174B92156D3D54E1?sequence=2>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DEVESA, L. M. *A importância da comunicação no contexto organizacional: a comunicação organizacional como ferramenta de desenvolvimento e eficácia de uma organização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) – Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal (IPS), Setúbal, Portugal, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 79. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IAPAR-EMATER. Líder nacional em alimentos orgânicos, Paraná investe para ampliar produção e consumo. *Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (Iapar-Emater), Agroecologia*, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Lider-nacional-em-alimentos-organicos-Parana-investe-para-ampliar-producao-e-consumo> Acesso em: 11 jan. 2023.

IDR-PARANÁ. *Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná*. Curitiba, 2019. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

KOEFENDER, E.; GARCIA, R. C.; CARLLETI, A. R.; NOVACK, T. R.; ANKLAN, M. A. Programa Paraná Mais Orgânico: soberania e segurança alimentar, com manejo sustentável – Oeste e Sudoeste do Paraná. *International Journal of Environmental Resilience Research and Science*, Cascavel, v. 2, n. 1, 2020, 26013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerr/article/view/26013> Acesso em: 9 ago. 2022.

LIMA, H. B. *A concepção de educação na política nacional de educação popular em saúde*. In: Centro de Recursos Computacionais da Universidade Federal de Goiás (CERCOMP/UFG). CERCOMP. Seminário Internacional (GT 2), Goiás, 2019. *Anais [...]*. Goiânia: UFG, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Semin%C3%A1rio_Trabalhos_apresentados_2019.pdf Acesso em: 29 set. 2022.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

NOTARIO, J. C. A. *As contribuições do CPRA no fortalecimento da agroecologia na Região Metropolitana de Curitiba*. Matinhos (PR): Editora UFPR, 2019.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIOS, E. R. G.; FRANCHI, K. M. B.; SILVA, R. M.; AMORIM, R. F.; COSTA, N. C.

Senso comum, ciência e filosofia – elo dos saberes necessários a promoção da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Fortaleza, v. 12, n. 2, p. 501–9, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TP3mRXN6VdPtNd99WgKPMRJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 6 jan. 2023.

WANDERLEY, H.; NAVARRO, J. R.; MARECO, P. D. S.; ROVEDA, L. F.; BUENO, R. S.; FIGUEIREDO, J. A. G. Paraná Mais Orgânico: certificando unidades e influenciando pensamentos. *Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação*, Paranaguá, v. 3, n. 1, mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/raei/article/view/3427/2484> Acesso em: 22 jul. 2022.

WILHELM, V. I.; MICHELLON, E.; ROCHA, C. H.; MARTINS, F. R. C.; KAWAKAMI, J.; ROVEDA, L. F.; KAWANO, L. C.; VENTURA, M. U.; GARCIA, R. C.; MACEDO, R. B. CPRA as três modalidades de certificação e a formação de produtores nas práticas orgânicas e agroecológicas. *In: PARANÁ Mais Orgânico: relatos de experiências de certificação pública de produtos orgânicos*. Curitiba: CRV, 2018.

Sobre os autores:

Rafael Bozzo Ferrareze: Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professor no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Maringá (UEM). **E-mail:** rafaelerrareze@hotmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6271-6245>

Romilda Souza Lima: Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora adjunta nível 4 da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS), na mesma instituição. **E-mail:** romislma2@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044>